



Universidade Federal do Pampa - Jaguarão
Licenciatura em Pedagogia - Noturno

GLAUCIA AFONSO BENCE FAGUNDES

**EDUCAÇÃO ESPECIAL: INCLUSÃO OU EXCLUSÃO?
UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE DUAS ESCOLAS PÚBLICAS DO
MUNICÍPIO DE JAGUARÃO**

**JAGUARÃO/RS
2019**

GLAUCIA AFONSO BENCE FAGUNDES

**EDUCAÇÃO ESPECIAL: INCLUSÃO OU EXCLUSÃO?
UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE DUAS ESCOLAS PÚBLICAS DO
MUNICÍPIO DE JAGUARÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a Ma. Elida Regina Nobre Rodrigues.

**JAGUARÃO/RS
2019**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

F156e Fagundes, Glaucia Afonso Bence

Educação Especial: Inclusão ou Exclusão? Uma análise comparativa entre duas escolas públicas do município de Jaguarão / Glaucia Afonso Bence Fagundes.
30p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Pampa, PEDAGOGIA, 2019.
“Orientação: Elida Regina Nobre Rodrigues”.

1. Educação Especial. 2. Inclusão. 3. Inserção. 4. Exclusão. 5 . Ensino Fundamental. I. Título.

GLAUCIA AFONSO BENCE FAGUNDES

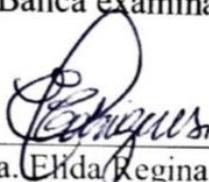
**EDUCAÇÃO ESPECIAL: INCLUSÃO OU EXCLUSÃO?
UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE DUAS ESCOLAS PÚBLICAS DO
MUNICÍPIO DE JAGUARÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciada em Pedagogia.

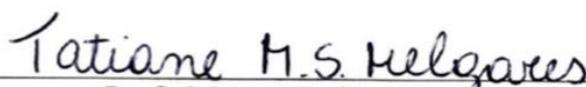
**JAGUARÃO/RS
2019**

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 03 de julho de 2019.

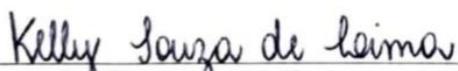
Banca examinadora:



Prof^ª. Mestra. Elida Regina Nobre Rodrigues
Orientadora
UNIPAMPA



Prof^ª. Mestra. Tatiane Mena Silveira Melgares
Professora das redes pública municipal e estadual de Jaguarão



Prof^ª. Mestra. Kelly Souza de Lima
Professora da rede pública municipal de Jaguarão

Dedico este trabalho a minha pessoa, pois só eu sei das noites que não dormi escrevendo-o, das lágrimas que derramei ao longo dos meses de realização do mesmo e do alívio ao vê-lo concluído.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, aos meus Orixás e meus Guias, por terem me dado forças para vencer todos os obstáculos dessa longa trajetória.

À minha mãe Rosangela e meu pai Claudio, por cada palavra de incentivo, de carinho, de coragem, por cada puxão de orelha e por jamais me deixarem desanimar.

À minha Vó e Madrinha Ivanir, por ser tão maravilhosa comigo, por me incentivar em tudo o que faço, por me dar conselhos, por jamais me deixar desanimar, e por confiar no meu potencial.

À minha orientadora, por ter aceitado esse desafio, pelo suporte, por suas correções, pela sua paciência, pelo incentivo e principalmente por me dar a honra de ter sido a primeira orientanda dela.

Ao meu marido por ter paciência comigo, por aguentar meu choro e minhas loucuras, e principalmente por acreditar no meu potencial.

Ao meu amigo Nestor por passar as madrugadas trocando ideias em relação a este trabalho e aguentando meus surtos psicológicos.

À essa Universidade que me proporcionou tantos momentos maravilhosos de aprendizagem, pelo ambiente inspirador ao longo desses anos.

Aos professores que me proporcionaram momentos de reflexão sobre alguns conceitos, a minha transformação como pessoa, aos grandes mestres que engrandeceram a minha trajetória com seus ensinamentos.

A todos os funcionários dessa instituição, que sempre foram muito atenciosos e prestativos.

Aos que duvidaram da minha capacidade, aos que debocharam de mim ao longo dessa trajetória, pois me deram mais forças e motivação para chegar até aqui.

“Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina.”

Cora Carolina

RESUMO

A educação especial é uma modalidade destinada ao atendimento de alunos deficientes, que possuam necessidades educativas especiais, educação essa que sofreu mudanças e avanços ao longo dos anos, buscando promover direitos iguais a todos. Com base nesses avanços da lei, buscou-se verificar como se dá a inclusão de alunos com necessidades especiais em salas regulares de duas escolas das redes públicas municipal e estadual da cidade de Jaguarão/RS. Foram trabalhados diversos conceitos, como os de educação inclusiva (Selau, 2007), de integração (Mantoan, 1998b), de espaço escolar (Silva, 2005), de métodos diferenciados de aprendizagem (Góes, 2004) e salas de AEE, com amparo no Decreto nº 6.571/2008. Para tal, a metodologia adotada foi uma pesquisa de campo, de cunho qualitativo, a partir de um levantamento de dados, e se utilizou como procedimento entrevistas semiestruturadas com o professor e o supervisor das duas escolas. Dentre as conclusões foi possível perceber que existe uma distância muito grande entre a educação inclusiva ideal e a real, impedindo a consolidação da inclusão de alunos com necessidades especiais em nossa educação, indo na contramão das políticas nacionais, desafiando profissionais da educação especial e da educação regular a reverem conceitos e buscarem qualificação para melhor desafiarem suas funções.

Palavras-Chave: Educação Especial, Inclusão, Ensino Fundamental.

RESUMEN

La educación especial es una modalidad destinada a la atención de alumnos discapacitados, que posean necesidades educativas especiales, educación que ha sufrido cambios y avances a lo largo de los años, promoviendo derechos iguales a todos. Con base en estos avances de la ley, se buscó verificar cómo se da la inclusión de alumnos con necesidades especiales en salas regulares de dos escuelas de las redes públicas municipal y estatal de la ciudad de Jaguarão / RS. El concepto de integración (Mantoan, 1998b), el concepto de espacio escolar (Silva, 2005), el concepto de los métodos diferenciados de aprendizaje (Góes, 2004) y el concepto de integración (Meloan, 1998b) las salas de AEE, con amparo en el Decreto nº 6.571 / 2008. La metodología adoptada fue una investigación de campo, de cuño cualitativo, a partir de un levantamiento de datos, donde se utilizó como procedimiento entrevistas semiestructuradas con el profesor y el supervisor de dos escuelas de las redes públicas municipal y estatal de Jaguarão / RS . Entre las conclusiones fue posible percibir que existe una distancia muy grande entre la educación inclusiva ideal y la real, impidiendo la consolidación de la inclusión de alumnos con necesidades especiales en nuestra educación, yendo en contra de las políticas nacionales, desafiando a profesionales en educación especial y educación regular.

Palabras clave: educación especial, inclusión, la escuela primaria.

LISTA DE ABREVIATURAS

CF- Constituição Federal

LDB – Lei de Diretrizes e Bases.

AEE- Atendimento Educacional Especializado.

PNE – Plano Nacional de Educação.

PME- Plano Municipal de Educação.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	CONCEITOS GERAIS E REVISÃO DE LITERATURA.....	14
2.1	A história da Educação Especial no Brasil.....	14
2.2	A Nova era da Educação Inclusiva	16
2.3	As salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE)	17
3	METODOLOGIA.....	18
4	APRESENTAÇÃO DA PESQUISA E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	20
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
	REFERÊNCIAS.....	27
	APÊNDICES	29
	APÊNDICE 1: Questionário aplicado aos professores	29
	APÊNDICE 2: Questionário aplicado aos supervisores	30

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho trata de um assunto discutido no âmbito escolar, a inclusão de alunos com necessidades especiais nas escolas regulares. Antigamente não existiam leis que amparassem legalmente pessoas com necessidades especiais, ao contrário, eram excluídas da sociedade, mas ao longo dos anos isso foi mudando, houve avanços em relação à inclusão dessas pessoas na sociedade, com seus direitos sendo garantidos por lei.

Tendo em vista todos os avanços da educação especial e todos os direitos adquiridos, o objetivo deste artigo é verificar como se dá a inclusão em uma escola da rede municipal e em uma escola da rede estadual do município de Jaguarão/RS.

Para descobrir como é feita a inclusão nas escolas, realizei uma pesquisa de cunho qualitativo, através de uma entrevista semiestruturada, com a supervisora e com o professor responsável pela sala de AEE de cada escola, para poder ter acesso a dados relacionados aos alunos e metodologias utilizadas em sala de aula. Foi escolhida uma escola da rede estadual e uma da rede municipal, para traçar um paralelo comparativo entre as redes, e verificar a diferença existente entre as duas em relação à inclusão.

A seguir haverá o relato dos conceitos que utilizei ao longo do trabalho, bem como a história da educação especial no Brasil, através da qual busquei dados para contar como foi o seu surgimento e como era vista antigamente, também relato sobre a nova era da educação inclusiva, que mostra os avanços em relação às leis e aos direitos concebidos aos alunos com necessidades especiais, dando continuidade expliquei o que são as salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE), mostrando que não são salas de reforço de conteúdo, mas sim salas que proporcionam um trabalho diferenciado para desenvolver o intelecto dos alunos, assim como trato sobre a metodologia como realizei esta pesquisa, sendo através de uma revisão bibliográfica e posteriormente fui a campo desenvolver uma entrevista com as escolas escolhidas.

2 CONCEITOS GERAIS E REVISÃO DE LITERATURA

Para contextualizar o tema com os leitores me amparei em alguns autores e principalmente na legislação, conforme descrevo a seguir.

Primeiramente relatei a história da educação inclusiva baseado em Mazzota (2001), na Legislação, Constituição de 1988, LDB dos anos 1961,1971 e 1996, no Estatuto da Criança e do Adolescente, no Plano Nacional de Educação e no Plano Municipal de Educação da cidade de Jaguarão.

Consultando o banco de teses e dissertações da Unipampa, com o buscador Educação Especial, há mais de 2700 resultados, com isso percebe-se que é um assunto muito discutido no âmbito acadêmico.

Para realizar a análise dos dados coletados me amparei no conceito de educação inclusiva do autor Bento Selau (2007), já no conceito de integração utilizei a autora Maria Teresa Eglér Mantoan (1998b), para tratar do espaço escolar escolhi a autora Maria Renata Silva (2005) e, Adriana Lia Frisman de Góes (2004) para falar sobre métodos diferenciados de aprendizagem.

Para trabalhar o conceito das salas de AEE, me amparei no Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008, pois aponta que as salas de AEE têm como incumbência de especificar, preparar, implementar recursos pedagógicos e de disponibilizar a plena participação dos alunos, eliminando qualquer barreira imposta pela deficiência.

A metodologia da pesquisa realizada se assemelha a um levantamento de dados, conforme o autor Gil (2010), porém não foi de interrogação direta das pessoas envolvidas, para manter a integridade das mesmas, mas ocorreu de maneira indireta, buscando os dados através de entrevistas com um público próximo ao alvo a ser pesquisado, para posteriormente a análise dos mesmos. Assim como para Lakatos e Marconi (2003), o trabalho realizado pode ser nomeado como uma pesquisa de campo, pois através de um objetivo busquei informações para uma problematização.

2.1 A história da Educação Especial no Brasil

Buscando na história da educação informações sobre o atendimento educacional aos portadores de deficiência, pode-se constatar que até meados de 1800 as noções ligadas a

deficientes eram ligadas ao misticismo, pois não havia base científica que reconhecesse as deficiências.

O que era diferente causava temor, segundo a religião católica, os deficientes eram excluídos, por não serem perfeitos, pois o homem tinha que ser “imagem e semelhança de Deus”, ou seja, perfeito fisicamente e mentalmente. (MAZZOTA, 2001, p.16)

Foi na Europa que começaram os primeiros movimentos pelo atendimento aos deficientes, para após, expandir-se para Estados Unidos, Canadá e Brasil. (MAZZOTTA, 2001, p.17) Nesse sentido, é possível percebermos o preconceito nos nomes dados em relação ao processo educacional de deficientes, tidos como pessoas anormais, diferentes, impossibilitadas, a sociedade excluía os portadores de deficiência.

Em relação à educação, em meados dos anos 1900 as expressões que usavam para o aprendizado de crianças deficientes eram: Pedagogia de Anormais, Pedagogia Teratológica, Pedagogia Curativa ou Terapêutica, Pedagogia da Assistência Social, Pedagogia Emendativa. (MAZZOTTA, 2001, p.18)

Foi no governo de Dom Pedro II que o atendimento escolar especial, mais precisamente em setembro de 1854, teve maior destaque, quando Dom Pedro II fundou o “Imperial Instituto dos Meninos Cegos”, primeira instituição a proporcionar atendimento educacional especializado no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro (MAZZOTTA, 2001, p.28).

Três anos após a criação desse instituto, Dom Pedro fundou no dia 26 de setembro de 1857, o segundo Instituto para atendimento especializado para deficientes, denominado “Imperial Instituto dos Surdos-Mudos”, na cidade do Rio de Janeiro. (MAZZOTTA, 2001, p.29). A partir da fundação desses institutos, surgiram vários outros institutos para portadores de deficiência tanto de iniciativa oficial, quanto de iniciativa privada.

No decorrer do tempo foram surgindo campanhas especificamente voltadas para a Educação de deficientes, tentando abarcar todas as deficiências, cada campanha possuía o intuito de atender um tipo de deficiência. Com o passar do tempo mais iniciativas foram ocorrendo para garantir os direitos dos deficientes.

A Educação Especial ganhou destaque na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no capítulo 88 da Lei n.4.024/61, que afirmava que a educação para os portadores de deficiência deveria ser, dentro do possível, enquadrada no sistema geral de educação. O artigo 9º da Lei n.5.692/71 assegurava “tratamento especial” aos alunos portadores de deficiência física ou mental, aos que possuíssem atraso de aprendizagem ou superdotados.

Na referida lei citada acima, a educação é direito de todos, cabendo ao Estado, dispor de condições para dar assistência a todos que desejassem estudar.

Também dizia que a educação, além de ser obrigação do estado, também é da família. Nesse período não era uma exigência que o professor de classe especial tivesse uma especialização para trabalhar com os alunos deficientes.

A partir do momento em que a Educação Escolar foi mais bem compreendida pela sociedade, o atendimento educacional e regular se tornou mais claro e generalizado, com a busca de políticas públicas para melhor atender às necessidades de todos os brasileiros.

2.2 A Nova era da Educação Inclusiva

A Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (de 1990), e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), destacam a importância da participação conjunta dos governos municipais, estaduais e federais e da sociedade em geral, para avançar nas melhorias da educação dos portadores de necessidades especiais. Segundo o artigo 205, da Constituição Federal (CF/88), no Capítulo III, Da Educação, da Cultura e do Desporto, é assegurado que:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (CF, 1988 p.85)

Através desse artigo temos a percepção de que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, colaboram no processo educativo. A criança deficiente no Brasil também tem seus direitos assegurados no Estatuto da Criança e Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, no artigo 11, consta que as crianças serão atendidas sem discriminação na área da saúde, tendo suporte de remédios e tratamentos, e garante formação específica para quem trabalha com crianças especiais. Com a LDB instaurada em 1996, a educação especial foi entendida com maior clareza, conforme trata o Art. 58:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para

educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação¹.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, nos termos do caput deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida, observados o inciso III do art. 4º e o parágrafo único do art. 60 desta Lei². (LDB, 1996 p. 25)

Neste artigo observamos que é dada a devida atenção aos alunos deficientes, que até então não possuíam apoio do Sistema de Ensino, a não ser em instituições especializadas e particulares.

A educação especial brasileira, aos poucos, vai avançando para as melhorias necessárias, tendo a inclusão nas escolas regulares, com suporte para que a educação seja um processo contínuo para quem possui necessidade de atendimento especial, pois as crianças deficientes necessitam de um atendimento diferenciado, sendo que nem sempre possuem o mesmo tempo de aprendizado das crianças de ensino regular.

2.3 As Salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE)

Segundo o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014-2024), a educação especial teve muitos avanços, principalmente por ter garantido as salas multifuncionais e salas de recurso para atendimento as crianças deficientes. De acordo com a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, as escolas e espaços educacionais, precisam estar preparadas para receberem deficientes, tanto no ponto de vista da formação dos docentes, quanto a acessibilidade. Essa preparação refere-se às salas possuírem mobiliários adequados, materiais pedagógicos e didáticos adequados para alunos que necessitam de AEE.

Em relação à formação dos docentes, espera-se um preparo para trabalhar com o deficiente, tendo o papel de incluir, de facilitar o processo de aprendizagem do aluno,

¹ Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013

² Redação dada pela Lei nº 13.632, de 2018

buscando sempre inovar seus métodos e assim possibilitar um ensino de qualidade tanto para alunos com necessidades especiais, quanto para alunos de ensino regular.

Nas salas de AEE, os professores responsáveis necessitam ter preparação para poder aplicar o ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), o sistema de escrita tátil (BRAILE), para então proporcionar um atendimento educacional especializado ao aluno surdo ou cego.

Atualmente na cidade de Jaguarão está em vigência o Plano Municipal de Educação (PME), Lei n.6.151, 25 de junho de 2015, válido por dez anos, em consonância com o Plano Nacional de Educação. No PME existem metas educacionais para cada modalidade de ensino, e de acordo com as metas, são citadas estratégias para alcançar o objetivo no ensino. A educação especial aparece na meta de nº 4, conforme abaixo:

Meta 4: Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, nas salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. (PME, 2015, p.34)

Para a meta 4, existem dezessete estratégias, dentro delas a de promover a ampliação das equipes profissionais da educação através de concurso público para professor de Educação Especial, cuidador de crianças com deficiência, instrutor surdo de Libras e interprete de libras (PME, 2015, p. 34).

As estratégias são elaboradas para facilitar o alcance de cada meta lançada pelo executivo, de acordo com a necessidade de cada modalidade de ensino, buscando melhorias no atendimento aos alunos.

3 METODOLOGIA

A escola estadual escolhida situa-se no centro, e a municipal em um bairro periférico, no entanto as duas atendem desde a educação infantil de pré-escola até o nono ano, funcionando em dois turnos, manhã e tarde.

A pesquisa realizada se assemelha um levantamento de dados, conforme Gil (2010), porém não foi de interrogação direta das pessoas envolvidas para manter a integridade das mesmas, mas a pesquisa ocorreu de maneira indireta, buscando os dados através de entrevistas com um público próximo ao alvo a ser pesquisado, para posteriormente a análise dos mesmos.

Escolhi realizar uma entrevista com os professores e supervisores por acreditar que serviria mais para o meu propósito de saber como está funcionando a inclusão em escolas regulares, do que realizar uma observação em um dia, que poderia não ter muito sucesso em coletar os dados necessários. Segundo Gil, a pesquisa de levantamento caracteriza-se em:

[...] interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados. (GIL, 2010, p.35)

Assim como para Lakatos e Marconi (2003), o trabalho realizado pode ser nomeado como uma pesquisa de campo, pois através de um objetivo busquei informações para uma problematização. Conforme relata a seguir:

Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. (LAKATOS E MARCONI, 2003, p.186).

As perguntas realizadas tiveram embasamento nas leis que regem a educação especial, Constituição Federal (1988), Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), Plano Municipal de Educação da cidade de Jaguarão (2015), entre outros documentos que asseguram os direitos das pessoas com necessidades especiais.

Foi elaborado um questionário composto por vinte questões, que se referem ao conceito de Educação Especial, a estrutura, acessibilidade, metodologia, formação dos docentes, a aprendizagem dos alunos com necessidades especiais e desafios em relação à inclusão. Em uma tarde marcada de acordo com a disponibilidade da escola, apliquei o questionário através de uma conversa informal com a supervisora de uma das escolas, a qual me recepcionou em sua sala com muita boa vontade e abertura para responder todas as questões. Já a responsável pela sala de AEE desta mesma escola, não tive sucesso de encontrá-la.

Entrei em contato com a segunda escola e fui muito bem recebida em uma manhã pela equipe diretiva, supervisores e professor responsável pela sala de AEE. Nessa manhã apliquei o questionário com o professor responsável pela sala de AEE, o qual me mostrou as dependências da sala onde são aplicadas as aulas especializadas, tive contato com os alunos, pois é uma sala bem frequentada por todos os alunos da escola, esta sempre aberta e receptiva

para todos. Após fui conduzida até a sala da supervisora da escola, a qual me recepcionou com muita atenção, através de uma conversa foi aplicado o questionário.

Após realizar as entrevistas com as professoras, as respostas foram transcritas, feito levantamento dos dados adquiridos e posteriormente analisados para identificar as peculiaridades existentes nas redes em relação à educação especial. O projeto inicial era realizar um mapeamento de todas as escolas municipais de Jaguarão, mas isso não caberia neste artigo, por isso optei por uma escola da rede municipal e uma da rede estadual para traçar um paralelo e ver a situação da educação especial entre as duas.

4 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Ao transcrever as entrevistas, pude perceber que as duas escolas tem vários pontos em comum, porque ambas acreditam que a educação especial é uma modalidade de ensino transversal, pois vai da educação infantil até a graduação.

O conceito de inclusão acaba tornando-se superficial, pois para acontecer de fato, são necessárias algumas mudanças, tais como: a aceitação de diferenças de cada um, aprender a conviver com a diversidade humana, a valorização de cada pessoa e a aprendizagem através da cooperação. Assim possibilitando que todas as crianças estejam no mesmo ambiente, conforme relata Selau (2007) a seguir:

[...] a educação inclusiva é o sinônimo de que todas as crianças, independentemente de quais forem às necessidades que possam apresentar, ou mesmo aquelas com altas habilidades, devam estar na mesma sala de aula, tendo acesso ao ensino formal. Todas devem participar do processo educacional tradicionalmente conhecido, sem separação. (SELAU, 2007, p.24).

Muitas vezes ocorrem equívocos em relação aos conceitos de inclusão e integração, pensam que são conceitos iguais, porém a inclusão para que aconteça tem que haver todo o suporte necessário e aceitação de todos, ao contrário da integração, conforme relata Mantoan (1998b).

[...] a integração escolar, cuja metáfora é o sistema de cascata, é uma forma condicional de inserção em que vai depender do aluno - ou seja, do nível de sua capacidade de adaptação às opções do sistema escolar - a sua integração, seja em uma sala regular, em uma classe especial ou mesmo em instituições especializadas -

Trata-se de uma alternativa em que tudo se mantém, nada se questiona do esquema em vigor. (MANTOAN, 1998b, p.5)

Um dos entrevistados relatou que as salas de AEE são para dar suporte complementar ou suplementar, não são substitutivos da escola até mesmo porque o atendimento é realizado uma vez na semana durante uma hora, e que a função dos professores dessas salas é educativa e não clínica.

O atendimento educacional especializado foi criado para dar um suporte para alunos deficientes e para facilitar o acesso ao currículo. Conforme consta no Decreto n.6.571, de 17 de setembro de 2008, que em seu art. 1 traz o seguinte §:

§ 1º Considera-se atendimento educacional especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular. (p. 1)

Para a análise foram elencadas as seguintes categorias, que seguem abaixo em um pequeno quadro comparativo em relação às escolas pesquisadas.

Quadro 1: Comparativo das escolas pesquisadas

Deficiências dos alunos	Município	Déficit de inteligência.
	Estado	Déficit de inteligência, Síndrome de Down, Transtorno de fala, Autismo, Deficiência física.
Matrículas	Município	Não mantém restrições em relação a esse processo, apenas solicita o laudo que consta a necessidade do aluno.
	Estado	Funciona de acordo com a quantidade máxima em cada sala, sendo no turno da manhã o máximo de 25 alunos, e no turno da tarde o máximo de 20 alunos por sala. Estando dentro desses parâmetros, as salas podem receber um aluno com necessidades especiais. É necessária toda a documentação do aluno, o

		diagnostico médico, registros de escolas anteriores, avaliações, pareceres, toda a etapa de desenvolvimento, se o aluno progrediu ou regrediu no ensino e o que já foi trabalhado.
Qualificação dos professores	Município	Professores assistem palestras a respeito do assunto.
	Estado	Não assistem palestras e nem realizam cursos sobre o assunto.
Suporte Oferecido	Município	São oferecidos os profissionais do município. Possui apoio do município, que oferece atendimento especializado, como psicólogo, fonoaudiólogo, psiquiatra, entre outros.
	Estado	Não possui nenhum tipo de profissional que os alunos com necessidades especiais necessitam, pois a Coordenadoria não possui recursos. Devido a este fato a escola recorre a Instituição APAE, porém às vezes o retorno é demorado, devido a grande demanda da cidade.

Fonte: Autoria própria

De acordo com o quadro podemos perceber que a escola municipal possui alunos com déficit de inteligência, segundo o professor não significa que não possuam intelecto, mas uma dificuldade na compreensão de determinados conceitos. A escola estadual possui alunos com déficit de inteligência, autismo, síndrome de Down, transtornos de fala e deficiente físico.

Possui outros alunos que os professores suspeitam ter alguma necessidade, porém ao conversar com os pais, eles se mostram resistentes, não aceitam por achar que a escola está encontrando problemas onde não tem. Segundo os entrevistados esse tipo de resistência, dificulta o trabalho dos professores, atrapalhando o desenvolvimento de ensino e aprendizagem dos alunos.

As escolas possuem apenas rampas de acesso, não possuem mobiliário adequado para os alunos com necessidades especiais, não possuem suportes nos banheiros e nenhum outro tipo de acesso para estudantes com necessidades especiais. Os professores relatam que

já foram feitas solicitações de material para possibilitar melhores condições para seus alunos deficientes conforme exige a lei, porém as entidades mantenedoras relatam não haver recursos no momento.

Conforme Silva (2005), a escola possui obrigação de oferecer um ambiente digno para um aluno com necessidades especiais estudar.

No paradigma instaurado pela inclusão escolar encontramos portanto, um redimensionamento do papel da intervenção escolar (escolas devem encontrar maneiras de educar com sucesso todas as crianças, independente de suas capacidades físicas, sensoriais, cognitivas, emocionais e sociais) e a necessidade de desmitificação do poder absoluto da técnica especializada. (SILVA, 2005, p 96).

As vagas nas escolas pesquisadas funcionam de maneira diferente, pois em uma é realizada de acordo com a quantidade de alunos em sala de aula, já a outra não mantém restrições em relação a esse processo, conforme consta no quadro comparativo.

Em relação ao suporte oferecido aos professores para formação, a rede municipal dá auxílio para que os professores realizem cursos referentes à educação especial, já a rede estadual não possui suporte da Coordenadoria, pois pedem apoio e é negado e justificado de não haver recurso para tal solicitação. A escola estadual, não possui psicólogo, fonoaudiólogo, psiquiatra, professor de apoio, entre outros especialistas que são essenciais para o tratamento de um aluno com necessidade especial. Devido a este fato, a escola recorre a APAE da cidade, e nem sempre tem retorno rápido, devido à demanda ser grande na cidade.

A rede municipal dá total suporte e abertura para os professores participarem de palestras e realizarem cursos, já a escola estadual não dá nenhum tipo de suporte, inclusive se os professores forem participar de algum tipo de preparação extraclasse, os professores são quase penalizados e têm que recuperar as aulas.

Nas duas escolas os únicos professores que possuem especialização para trabalhar com educação especial, são os responsáveis pela sala de AEE, os demais professores não possuem especialização e muitos se mostram resistentes em realizar qualquer tipo de qualificação a respeito da educação especial.

A metodologia utilizada pelos professores é supervisionada pelo docente responsável pela sala de AEE e pela direção da escola. Os responsáveis pelas salas de AEE dão o suporte aos professores de ensino regular para adaptar os conteúdos metodologicamente a serem desenvolvidos pelos estudantes com deficiência cognitiva.

Existe uma necessidade de metodologias diferenciadas, para que os alunos concretizem a inclusão em sala de aula e no seu processo de aprendizagem, conforme relata Goes (2004).

Há necessidade de se implementar metodologias diferenciadas que atendam as necessidades específicas de cada aluno, de acordo com suas limitações, referindo-se à adequação de recursos e aos procedimentos de ensino, para que a inclusão se seja efetivada apenas como concretização de matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns. (GÓES, 2004, p.13)

Ainda falando sobre a metodologia utilizada pelos professores de ensino regular, ao realizar a entrevista houve divergências nas respostas, sendo que uma supervisora é mais realista, pois relata que os professores desenvolvem apenas o que é adaptado pela responsável da sala de AEE, enquanto a outra possui uma visão mais idealizada, relatando que os professores realizam adaptações nos materiais didáticos, que trabalham com vídeos e o responsável pela sala de AEE deixou claro que quem realiza essa adaptação é ele e não os professores.

Em relação aos alunos que não avançam na aprendizagem de conteúdos, é realizado um parecer relatando o limite do desenvolvimento de sua capacidade, porém não são retirados da escola, pois é trabalhado o convívio social com os demais colegas. Ao perguntar em relação ao maior desafio em relação à educação especial nas escolas regulares, tive as seguintes respostas (quadro abaixo).

Quadro 2: Maior desafio em relação à educação especial nas escolas regulares

Desafios	Supervisora escola municipal.	A falta de informação, de formação aos professores e o despreparo.
	Professor da escola municipal.	O Plano Individualizado de ensino, a tríade, segundo ele a gestão precisa fazer uma mediação com o professor titular e o professor da sala de AEE, para incrementar uma mudança. É a falta de comunicação entre esses três segmentos para elaboração do plano.

	Supervisora da escola Estadual.	Chegar ao aluno especial e descobrir quais os pontos que podem ajudar a melhorar a sua qualidade de vida na escola. E os professores terem vontade e querer ajudar o seu aluno, ter uma olhar de que o mínimo que for feito será uma vitória.
--	---------------------------------	---

Fonte: Autoria própria

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da realização desta pesquisa, pude perceber que a inclusão de alunos com necessidades especiais ainda não está consolidada em nossa educação, existe uma distância muito grande entre a educação inclusiva ideal e a real. A educação inclusiva ideal é a que consta nas leis, nos regimentos, é aquela que possui mobiliários adequados, professores capacitados, ajuda das entidades mantenedoras, cursos para os docentes, mas a educação real é bem diferente, não possui mobiliários adequados, não possui professores preparados para trabalhar a diversidade, as entidades mantenedoras não dão suporte aos professores, os professores são quase penalizados caso realizem algum tipo de curso ou participem de palestras.

Deixo claro que inclusão é diferente de inserção, incluir um aluno é um trabalho árduo, além de ser um dever de todos. Não basta o aluno estar em sala de aula para que aconteça a inclusão, isso se chama inserção, ou seja, inserir um aluno em um ambiente que não está preparado para recebê-lo.

Existe uma inserção de alunos com necessidades especiais em classes regulares, assim como um esforço enorme da direção e dos professores de AEE para adaptar materiais para o ensino dessas crianças. Há muita resistência de professores para trabalhar com alunos especiais e, infelizmente não há interesse das unidades mantenedoras de que haja uma conscientização do que é trabalhar com alunos com necessidades especiais, entre outros fatores.

Ao contrário do que eu acreditava no início da pesquisa, a inclusão escolar ainda está na contramão das políticas nacionais, pois a mesma vem sendo um grande desafio para os profissionais em educação especial e educação regular. As políticas nacionais aplicam leis, mas o estado não oferece verbas suficientes para estruturar as escolas ao ponto de atender as

crianças com necessidades especiais, tampouco os professores se sentem capacitados para esse tipo de educação.

A inclusão deve ser constante na vida escolar dos alunos, pois os mesmos não devem ser “excluídos” em uma sala de AEE a fim de que possam ter o atendimento necessário, pois uma hora de atendimento semanal não supre sua necessidade. A assimilação desse aluno não se dá através de atendimentos esporádicos.

Quanto aos professores do ensino regular é nítida a insegurança e o medo dos docentes ao trabalhar com o “diferente”, pois a maneira trabalhada pelos professores ainda é muito tradicional, e boa parte dos mesmos não está disposta a sair de sua zona de conforto, a fim de buscar o novo. O professor é peça fundamental no processo de aprendizado dos alunos, pois é ele que vai redimensionar suas práticas e atitudes valorizando o desenvolvimento de cada um, incentivando e compreendendo os diversos ritmos de aprendizagem.

É de suma importância que as entidades mantenedoras das escolas possibilitem uma formação melhorada para os docentes, que desenvolvam cursos e palestras para melhor atender os professores, orientando-os a agir da melhor forma possível ao se depararem com as mais diversas situações em sala de aula.

Educação inclusiva é uma aposta pela igualdade e não uma discriminação, é o acesso igualitário à educação digna e de qualidade, é a diminuição das diferenças e a eliminação dos preconceitos.

Percebi que a rede municipal, mesmo defasada, possui melhor qualidade para os alunos com necessidades especiais, pois consegue um maior auxílio do município e os professores não são penalizados ao participarem de palestras e cursos. Já a rede estadual encontra-se a mercê do abandono, pois não é dado o devido suporte aos docentes e nem aos alunos conforme suas necessidades.

Concluo este trabalho com muita insatisfação no que se refere à inclusão escolar regular da cidade de Jaguarão, pois pude constatar que a mesma não existe de fato, o que ocorre é uma inserção de alunos nas classes regulares, bem como uma luta diária dos professores em relação à infraestrutura e à própria incapacitação.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 30 de abril de 2019.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. 2001. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>. Acessado em: 30 de abril de 2019.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, Lei n. 8.242, de 12 de outubro de 1991. – 3. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm Acesso em: 22 de maio de 2019.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm . Acesso em: 25 de maio de 2019.

BRASIL. **Plano Municipal de Educação**: Lei nº 6.151, de 25 de Junho de 2015. Disponível em: <https://www.jaguarao.rs.gov.br/wp-content/uploads/2015/03/LEI-Nº-6.151-aprova-o-PME.pdf>. Acesso em : 28 de maio de 2019.

BRASIL. **Decreto Nº 6.571, de 17 de Setembro de 2008**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm. Acesso em: 04 de junho de 2019.

GIL, Antonio Carlos, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GÓES, Maria Cecília Rafael de LAPLANE, Adriana Lia Frizman de. (org). **Políticas e Práticas de Educação Inclusiva**. Campinas –SP: Autores Associados, 2004.

LAKATOS, Eva Maria , Maria de Andrade MARCONI- **Fundamentos de metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Educação escolar de deficientes mentais: problemas para a pesquisa e o desenvolvimento. **Cadernos CEDES**. Campinas - SP, nº 46, p. 93 - 107, 1988 a.(A nova LDB e as necessidades educativas especiais).

MAZZOTTA, Marcos J.S. **Educação Especial no Brasil**: história e políticas públicas. Ed. 6. São Paulo: Cortez, 2011.

MEC. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/noticias/509-depois-de-avancar-a-universalizacao-nova-meta-e-ampliar-a-qualidade-da-educacao-inclusiva>. Acesso em: 28 de junho de 2019.

SELAU, Bento. **Inclusão na sala de aula**. Porto Alegre: Editora Evangraf Ltda.,2007.

SILVA, Divino, MARIA, Renata. **Valores, preconceito e práticas educativas.** Casa do Psicólogo, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE 1: Questionário aplicado aos professores

Educação Especial

Questionário professores.

- 1- O que entendes por Educação Especial?
- 2- Com quantas crianças deficientes trabalhas?
- 3- Quais deficiências?
- 4- Com quantas crianças laudadas trabalhas?
- 5- Quais são as suspeitas de deficiência dessas crianças?
- 6- Achas que a escola tem acessibilidade física necessária para receber alunos deficientes? (ex: rampa de cesso, mobiliário adequado, banheiros com suporte, etc...)
- 7- Você possui algum tipo de formação específica para trabalhar com alunos deficientes? Quais?
- 8- A escola oferece algum tipo de suporte/ formação aos professores?
- 9- Como os professores trabalham com esses alunos?
- 10- Adotam alguma metodologia diferenciada?
- 11- Todos os alunos deficientes conseguem acompanhar o desenvolvimento cognitivo da turma?
- 12- Suas atividades são supervisionadas por alguém?
- 13- Como é feita essa supervisão?
- 14- Como procedem com os alunos que não avançam na aprendizagem?
- 15- Como é feita a avaliação para os alunos com deficiência?
- 16- São feitas avaliações diferentes?
- 17- Você considera o espaço físico de trabalho adequado?
- 18- O que gostaria de mudar? (acrescentar, adquirir, retirar)
- 19- Descreva em sua opinião, qual o maior desafio em relação a educação especial nas escolas.

APÊNDICE 2: Questionário aplicado aos supervisores

Educação Especial

Questionário supervisores

- 1- O que entendes por Educação Especial?
- 2- Desde quando a escola possui alunos especiais?
- 3- Quantas crianças com laudo de deficiência possui a escola?
- 4- Quais são as deficiências?
- 5- Quais anos estão cursando essas crianças?
- 6- Quantas crianças possuem suspeita de deficiência, segundo os professores?
- 7- Quais são as deficiências?
- 8- Porque elas não são laudadas?
- 9- Quais anos estão cursando essas crianças, que possuem suspeitas?
- 10- Como funciona a matrícula para criança deficiente?
- 11- Existe um número máximo de vagas? Como funciona esse processo?
- 12- A escola possui acessibilidade física para receber alunos deficientes? (ex: rampa de acesso, mobiliário especial, banheiros com suporte, etc...)
- 13- A unidade mantenedora dá o suporte para o atendimento do deficiente? Qual seria esse suporte?
- 14- Os professores que trabalham com os alunos deficientes possuem alguma formação específica?
- 15- A escola oferece algum tipo de suporte/ formação a esses professores?
- 16- Como os professores trabalham com esses alunos?
- 17- Adotam alguma metodologia diferenciada?
- 18- Como são supervisionadas as atividades passadas pelos professores para as crianças deficientes?
- 19- Como procedem com os alunos que não avançam na aprendizagem?
- 20- Descreva em sua opinião, qual o maior desafio em relação a educação especial nas escolas.
- 21- Você considera o espaço físico de trabalho adequado?
- 22- O que gostarias de mudar? (acrescentar, adquirir ou retirar)